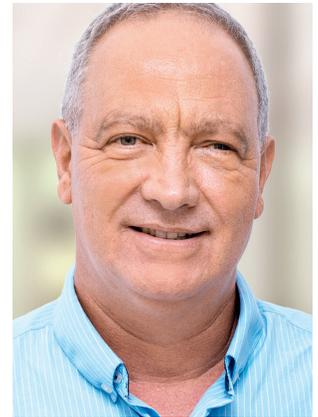


LUIZ FERNANDO SCHETTINO

é engenheiro florestal, mestre e doutor em Ciência Florestal e ex-secretário de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Espírito Santo/Seama

COP-27 E MUDANÇA DE GOVERNANTE É POSSÍVEL MUDAR OS RUMOS SEM PARAR A ECONOMIA



A Conferência da ONU sobre o Clima – COP 27, realizada no Egito, mesmo sem um consenso sobre ações e investimentos necessários, trouxe esperanças, pois apontou formas e caminhos para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e ampliar a proteção ambiental e o cuidado com as pessoas.

Há sinais de boa vontade de governos e meio empresarial, para haver mais racionalidade no desenvolvimento, mais proteção ambiental e redução de emissões a fim de conter o aquecimento global e seus efeitos, especialmente sobre os países mais pobres.

Na pandemia, a alocação volumosa de recursos financeiros pelos governos demonstrou não ser tão verdadeira assim a ideia de que “quanto menos Estado, melhor”. Em contrapartida, o meio ambiente, por visão ideológica equivocada, ficou em segundo plano na ação estatal.

Se os Estados nacionais desempenharam bem suas funções no sentido de proteger as pessoas numa pandemia, visando à volta à normalidade econômica e à retomada do crescimento, podem, se quiserem, ajudar a salvar o planeta, exercendo de forma responsável suas capacidades normativas e regulatórias indelegáveis e indispensáveis na construção da sustentabilidade.

Historicamente, o poder do Estado não tem sido eficaz no papel de defender a natureza, seja por falta de pressão da opinião pública, seja por não entender que proteger o ambiente é fundamental para a manutenção da vida e da qualidade de vida. E isso não significa parar a economia, mas sim garantir crescimento sustentável das atividades produtivas, com geração duradoura de renda, empregos e tributos.

Proteger a natureza exige racionalidade no uso dos recursos naturais, priorizando as pessoas e a biodiversidade. Desse entendimento, nasce um desenvolvimento que conscientiza a sociedade a colaborar na construção da sustentabilidade e a cobrar dos gestores públicos e privados as ações necessárias para que, de forma célere, dentro dos limites que os ecossistemas podem suportar para funcionarem adequadamente, haja o atendimento às demandas socioeconômicas, a manutenção da qualidade de vida e o controle da poluição e das emissões de gases estufa, para que o aquecimento global não ultrapasse os limites preconizados pelos cientistas. Isso é possível por meio do uso de melhores tecnologias, bem como do apoio aos segmentos sociais mais vulneráveis às mudanças climáticas.

Há esperança de que, a partir da COP-27, e com a mudança de governante no Brasil – o atual, propositadamente, desmontou o aparato fiscalizador ambiental –, 2023 signifique novos rumos na proteção ambiental.

Cada cidadão do Espírito Santo, do Brasil, de todo o mundo, deve fazer sua parte, cobrando governantes e empreendedores, para que, independentemente de acordos ou metas da ONU, haja políticas e ações que levem à redução da degradação ambiental e das emissões de gases estufa, proteção da biodiversidade, dos solos e das águas, racionalidade no uso de água e energia e educação ambiental em todos os níveis. Isso implica uma participação social mais ativa nos debates dessas políticas para que se chegue o mais rápido possível a um modelo de desenvolvimento socialmente mais justo e de fato sustentável. ■